

**Trabalhadores Rurais, Sindicatos, Igreja Católica e Política: Um estudo sobre a atuação do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) na década de 1980**

**VANESSA DE OLIVEIRA BRUNOW\***

O artigo apresentado nas próximas páginas tem por objetivo analisar as relações entre o Fundo de Apoio a Miniprojetos (FAM), criado em 1979 dentro do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), e os setores populares de diversas regiões do Brasil que lhe enviaram solicitações durante a década de 1980. Tive a oportunidade de realizar uma pesquisa sobre as solicitações enviadas ao FAM nos anos de 1983 e 1988 no mestrado realizado no programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense. Nesse contexto, iniciei a pesquisa sobre o Centro de Estatística Religiosa. Pretendo discutir nesse artigo a atuação do CERIS junto aos trabalhadores rurais na década de 1980, mais especificamente os anos de 1983 e 1988.

A instituição em questão – que foi o objeto de estudo no mestrado – está localizada no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Em 1979, este Centro criou o Fundo de Apoio a Miniprojetos (FAM). Segundo o CERIS, o motivo para a sua criação foi a demanda por apoio a pequenas iniciativas comunitárias que, nos anos de 1970, se desenvolviam em grande parte do Brasil. De 2008 a 2010 foi analisado os processos de solicitação ao FAM-CERIS dos anos de 1983 e 1988. Através dessa análise foi possível identificar um perfil do que foi a atuação do CERIS na década de 1980.

Analisar todos os anos da década de 1980 não foi possível, pois havia uma quantidade documental muito extensa em cada ano de solicitação (Em torno de 8.000 documentos por ano). Todavia com a análise das solicitações de 1983 e 1988, foi possível identificar com muita clareza os diferentes tipos de solicitação, que nos proporcionaram um rico material de análise. Os projetos enviados para o CERIS têm objetivos muito variados como: pedidos de auxílio para geração de primeira renda, organização de sindicatos, apoio às oposições sindicais, fortalecimento de comunidades agrícolas, ajuda a assentamentos rurais, etc. A partir dos diversos tipos de grupos sociais

---

\* Mestre em história pelo programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense

representados nas solicitações de apoio enviadas ao FAM. No entanto o foco de análise nesse artigo serão os processos de solicitação enviados pelos trabalhadores rurais e sua organização através da criação e manutenção de sindicatos agrícolas, associações rurais e movimentos sociais vindos do campo, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, grupo que o CERIS apoiou de forma significativa nos anos 80. Contudo, antes de partir para as discussões acerca do objeto específico de estudo, faz-se necessária uma breve apresentação do que foi o CERIS e o setor criado em 1979, denominado FAM.

O Centro de Estatística está localizado no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Foi fundado em 1962, como ato conjunto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), atendendo a uma exigência das ações das pastorais da Igreja Católica no nosso país. O CERIS foi criado num contexto específico de mudanças nas propostas de atuação da Igreja seja no âmbito nacional, quanto no internacional. Tais modificações foram iniciadas em meados da década de 1950, consolidando-se no Congresso de Medellín, em 1968. Esse cenário de mudanças foi uma espécie de resposta ao Concílio do Vaticano II (1962-1965), que teve, dentre outros, o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião.

O Centro de Estatística foi inaugurado sob a chefia de Dom Affonso Felipe Gregory, um bispo com ideias progressistas que foi diretor-executivo durante quase 20 anos (1963-1980). A Instituição se autodenominava uma organização sem fins lucrativos, ligada à Igreja e dedicada à pesquisa sociológica e a ações sociais.

Os primeiros anos da vida do CERIS foram dedicados à coleta e ao tratamento de dados estatísticos da Igreja e a estudos de sociologia da religião. Mais tarde, os estudos e pesquisas foram estendidos às áreas de economia e sociologia geral. Em 1966, o CERIS publicou o *1º Anuário Católico do Brasil*, espécie de estudo estatístico que a Igreja Católica realiza para saber a sua abrangência nas regiões brasileiras, tais como o número de paróquias, fiéis, bispos e padres em cada localidade. O objetivo era atualizar o número de paróquias, membros e comunidades eclesiais que foram criadas ao longo do tempo.

Na década de 1960 e no início da década de 1970, o CERIS, marcou sua existência através da realização de pesquisas na área sócio-religiosa, que começou a ser

solicitada pelas agências católicas de ajuda externa, como Cebemo, Cáritas Holandesa, etc., que se definem como instituições filantrópicas com o objetivo de atuar na área social da Igreja. Para dar esse suporte técnico e sociológico aos trabalhos da Igreja, foi desenvolvido durante mais de 30 anos, um serviço de consultoria, através de análises de projetos dessas Agências de Cooperação Internacional, que financiavam e ainda financiam intervenções sociais em nosso país.

O trabalho do CERIS passou a ser realizado cada vez mais em conjunto com a atuação dessas agências do exterior, que apoiavam os mais diversos tipos de movimentos sociais. Em conversa com Isaías Bezerra<sup>†</sup>, ex-coordenador do CERIS, foi dito que a intenção dessas organizações filantrópicas internacionais de financiarem o Centro vinha do fato dele ser uma espécie de mediador na área de projetos econômicos no Brasil. O conhecimento que o CERIS tinha dos diversos tipos de movimentos sociais e organizações populares era facilitado pelo trabalho estatístico já existente, melhorando a qualidade de atuação dessas instituições estrangeiras no nosso país. Como foi dito inicialmente, o Centro de Estatística seguiu atuando junto das dioceses, focando no trabalho mais estatístico. Esse tipo de trabalho pode inclusive ter contribuído para o conhecimento e relações estabelecidas com trabalhadores, paróquias e organizações populares nas diversas regiões brasileiras, não só na área pastoral, mas também social. Aos poucos, o “CERIS foi se envolvendo cada vez mais com o trabalho social, procurando fazer chegar apoio financeiro a grupos locais”<sup>‡</sup>.

Em meados de 1979, criou-se o FAM – Fundo de Apoio a Mini-projetos. Esse setor, segundo informações do ex-coordenador, Carlos Alberto Medina, preferiu manter os critérios de aprovação e o perfil de apoio já existente, que era um tipo de apoio aos diversos tipos de movimentos sociais, com um valor de aprovação mais alto e um tipo de projeto mais complexo e abrangente. Entretanto, ao longo dos anos 70 o CERIS através da criação do FAM, deslocou o foco para o desenvolvimento local dos grupos de base.

---

<sup>†</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, devidamente transcrita e com sua publicação aprovada pelo entrevistado. Realizada em: 03/05/2007.

<sup>‡</sup> CERIS. Documento de trabalho. Mimeo. S.N.T.

Informações retiradas do texto cedido por Carlos Alberto Medina. Trata-se de um documento escrito para auxiliar na reflexão interna da Instituição, mas que não encontramos data, nem título. Carlos Alberto Medina, durante as décadas de 60, 70 e 80, foi o coordenador do CERIS e era um dos principais responsáveis pela aprovação dos projetos.

O FAM apoiou atividades em várias áreas. Procurando estabelecer uma classificação prévia, o suporte do FAM-CERIS destinou-se a experiências de compras comunitárias, beneficiamento da produção agrícola, grupos de produção autônoma, organização de associações, grupos em situação de expulsão de suas casas e suas terras, atividades agrícolas, como projetos de produção e comercialização cooperativa.

As solicitações tinham como tema o trabalho educativo e formativo, a organização de grupos de mulheres, mobilizações e reivindicações, que podem ser classificadas como de manutenção ou organização de movimentos sociais.

Os grupos solicitantes dos miniprojetos deveriam escrever para o CERIS, explicando quem eram, apresentando o que fariam, o que desejavam, esforços e recursos empenhados, além do montante da colaboração solicitada. Segundo Isaías Bezerra, essas solicitações se davam por demandas espontâneas, ou seja, através do chamado “boca a boca”. Os projetos eram divulgados na população local através da comunidade ou grupo anteriormente beneficiado, ou por alguém que eventualmente soubesse de algum projeto desenvolvido. A partir disto, novos solicitantes pediam ajuda ao CERIS. No entanto, o ex-coordenador do CERIS admite que a Igreja Católica, através de suas paróquias, foi também um importante instrumento de divulgação do setor de Miniprojetos<sup>§</sup>.

Quanto aos procedimentos necessários para um pedido de auxílio ao FAM, era importante que todos os membros do grupo solicitante, quando possível, assinassem o miniprojeto e indicassem uma conta bancária (de preferência de pessoa jurídica, como uma paróquia, um sindicato, entre outros) para que, no caso de aprovação, o recurso fosse depositado. Quando a conta bancária não era de algum membro do grupo solicitante, era exigido o envio de uma carta do titular da conta se comprometendo a repassar o valor integral ao grupo solicitante. A equipe do CERIS examinava o material e, se necessário, encaminhava uma carta ao grupo pedindo esclarecimentos. Esse diálogo poderia durar algum tempo e, segundo o CERIS, visava dar consistência à proposta feita pelo grupo, chegando a uma clara definição daquilo que se queria empreender. A partir das respostas do grupo solicitante, o miniprojeto voltava a ser discutido em reunião de equipe do CERIS, para a decisão sobre a solicitação. Decidida a

---

<sup>§</sup> Entrevista oral concedida por Isaías Bezerra à Vanessa Brunow. A entrevista se encontra devidamente transcrita, e sua publicação foi aprovada pelo entrevistado. Entrevista realizada em: 03/05/2007.

aprovação, o Centro efetuava o depósito na conta corrente indicada e enviava o comprovante de depósito e orientações para a elaboração de prestação de contas e de um relatório de atividades.

Para os miniprojetos recusados, seguia uma carta explicando as razões da decisão. No entanto, havia condições de reformulação e de uma reconsideração, desde que fossem apresentados novos elementos, superando os problemas elencados como motivos da não aprovação.

No desenvolvimento do trabalho, o grupo solicitante mantinha contato com o CERIS, informando o andamento das atividades. Ao final, o grupo mandava uma prestação de contas financeira (controle através de livro caixa) das despesas realizadas e um breve relato sobre o significado do miniprojeto. Posteriormente, o CERIS criou um modelo de questionário que era enviado meses depois da aprovação do projeto. Esse questionário tinha a função de verificar o andamento das atividades desenvolvidas pelo apoio que o CERIS concedia aos grupos solicitadores.

Toda a documentação que proponho analisar vem desse setor de miniprojetos e se estende sobre os anos de 1979 a 2002, entretanto os arquivos nos anos de solicitação de 1979 a 1982 estavam em estado deteriorado e até agora não foram recuperados. Esse acervo, por alguns anos, foi tornado público no próprio *site* do CERIS. Nesses arquivos são encontradas cartas trocadas entre os trabalhadores e o Centro, fotos do que foi feito com a ajuda fornecida, cheques, notas fiscais e relatórios de tudo o que foi comprado pelos solicitadores. A cada ano de solicitação temos em torno de 4.000 a 8.000 documentos.

Nesta ocasião, analisei os processos de solicitação ao FAM-CERIS dos anos de 1983 e 1988, buscando traçar um perfil da atuação do CERIS na década de 1980. Pude encontrar nas solicitações enviadas ao FAM em 1983 e 1988, pequenos grupos de agricultores, mulheres, associação de moradores, diversos movimentos culturais, como grupos de teatro, músicos, radio comunitária, etc., muitos sindicatos, tanto rurais, quanto urbanos, associações de tipos variados, paróquias desenvolvendo trabalhos sociais, assentamentos de trabalhadores sem-terra, movimento estudantil ligados à JUC e à JOC, atuação das Pastorais, etc. Esta diversidade de grupos sociais trouxe lacunas de contextualização histórica que não puderam ser preenchidas no contexto da dissertação, pois com a diversidade dos setores populares representados nessa

documentação, é necessário focar num grupo específico. No entanto, na pesquisa desenvolvida no mestrado foi necessário disponibilizar a riqueza dessa documentação para que só assim, houvesse possibilidade da escolha temática de análise documental.

Para classificar melhor os diferentes grupos populares que enviaram as solicitações, criei tópicos classificados por objetivos pretendidos pelo grupo solicitador em cada projeto, ou seja, que tipo de projeto se pretendia desenvolver pelos solicitadores. Com isso, sistematizei em grupos os processos de solicitação, que deveriam ser divididos em solicitações aprovadas e não aprovadas.

A partir da classificação dos projetos aprovados, percebi a importância de mensurar o apoio financeiro que o CERIS ofereceu aos grupos que mandavam solicitações de pequeno porte. Verifiquei uma média que girou em torno de 500 a 1.000 dólares no ano de 1983 por projeto aprovado e no ano de 1988 de 1.000 a 9.000 dólares. Isto mostrou um aumento na capacidade de apoio financeiro do FAM para as solicitações enviadas, que aumentaram de 106 solicitações enviadas em 1983 para 534 em 1988. Concluo, portanto, que houve um significativo crescimento não só no número de solicitações enviadas, mas também na própria capacidade do Centro de Estatística em financiar esses grupos populares.

É possível identificar um crescimento dessa Instituição no que se refere ao apoio aos diversos grupos populares ao longo dos anos 80. Através de uma análise quantitativa e qualitativa dos outros anos de solicitação que correspondem à década de 1980, poderemos identificar melhor a abrangência dessas solicitações que foram mapeadas ao longo da pesquisa. Com a análise dos anos de 1983 e 1988, foi feito um direcionamento para os tipos de solicitação que tinham maior abrangência nos pedidos enviados ao FAM-CERIS. O critério de escolha para as análises qualitativas resultou do número expressivo de solicitações oriundas do meio rural e com objetivos em sua maioria associativos, seja através da criação ou manutenção de sindicatos, seja com objetivos associativos de menor complexidade organizativa.

Para a pesquisa que proponho, pretendo analisar apenas os projetos de cunho rural e associativo, pois a partir da pesquisa realizada na dissertação de mestrado, pude visualizar a riqueza destas solicitações. Foi possível visualizar na documentação a experiência de exploração, luta e organização dos trabalhadores, através dos relatos dos grupos solicitantes. Foi possível visualizar principalmente a relação entre o cotidiano de

exploração e o contexto de reavivamento popular que as organizações populares brasileiras realizaram nesses anos.

Ao pensar a atuação do FAM junto aos grupos populares que enviavam os pedidos de solicitação, inicialmente tive a previsão de encontrar um processo de mediação do CERIS para esses grupos populares, que subordinariam suas lutas a processos de apassivamento e imediatismo. No entanto, verificamos uma atuação razoavelmente independente da Instituição CERIS no ano de 1983 e, ainda mais nas solicitações enviadas no ano de 1988. Um número significativo desse apoio teve como objetivo a organização política de trabalhadores, principalmente do meio rural, no caminho de uma autonomia política.

Nos dois anos pesquisados, pude perceber não só a manutenção do apoio aos grupos de base, mas a extensão desse apoio a movimentos sociais de grande importância, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Muitas dessas solicitações que vieram do meio rural tinham uma proposta associativa, seja através da criação ou manutenção de sindicatos, seja na criação de associações que poderiam ou não ter uma intenção organizativa mais complexa. Com isso, para identificarmos melhor a abrangência temática desses processos de solicitação, foi necessário relacionar projetos de cunho associativo com grupos de trabalhadores rurais, que, na classificação do banco, ora estiveram classificados como Trabalho Rural, ora como Associação.

Para uma continuação desta pesquisa no âmbito do doutorado, pretendo, portanto, complementar o trabalho iniciado com os anos de 1983 e 1988 a partir da exploração do projetos classificados como “trabalho rural” e como “associação”. No entanto, pretendo trabalhar toda a década de 1980, ou seja, para uma análise mais satisfatória desse corpo documental, torna-se fundamental continuar a análise através do preenchimento dos dados quantitativos dos anos de 1984, 1985, 1986, 1987 e 1989.

Ao analisar esses cinco anos restantes de documentação da década de 1980, pretendo direcionar a pesquisa para as associações rurais, especialmente os grupos rurais com objetivos de organização política, como o exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e dos diversos sindicatos agrícolas formado nos anos 80. Com o intuito de continuar a pesquisa, que se objetiva nesse projeto, realizei um primeiro mapeamento da documentação de toda a década de 1980. Abaixo exponho a tabela que foi construída:

<b>Ano</b>	<b>Total de documentos por ano</b>	<b>Total de processos de solicitação por ano</b>
<b>1983</b>	6363	106
<b>1984</b>	5154	222
<b>1985</b>	6254	213
<b>1986</b>	5874	376
<b>1987</b>	7254	486
<b>1988</b>	8981	537
<b>1989</b>	7668	451

\* Informações retiradas do CD com a documentação escaneada, especificamente da numeração das primeiras páginas dos processos de solicitação

Essa tabela mostra o número de documentos que cada ano de documentação possui e a quantidade de processos de solicitação enviados anualmente. Com a análise da documentação de uma década de atuação do Centro de Estatística, será possível obter mais subsídios para pensar o processo de organização dos trabalhadores na década de 1980. Junto a isso, poderemos verificar a relação desses solicitadores com uma entidade católica, que participou desse processo histórico de reavivamento dos movimentos populares de forma significativa.

### **Breve Contextualização**

A década de 1980 é crucial para a compreensão da sociedade civil no Brasil atual e a ação de diversos movimentos sociais ao longo das três últimas décadas. Ao nos propormos a analisá-la, precisamos inevitavelmente fazer escolhas, pois o leque de possibilidades de análise é bastante amplo. Poderíamos, por exemplo, reivindicá-la como uma “década perdida”, se nos limitássemos aos indicadores econômicos, às altas inflacionárias, ao aumento do desemprego e do custo de vida, entre outras coisas. Porém, quando focamos nos movimentos sociais e nas diversas conquistas democráticas desta década, é possível visualizá-la com características muito diversas. Foi um período de “reavivamento” das reivindicações populares, com a construção de importantes movimentos sociais combativos, como o Partido dos Trabalhadores, a formação da CUT (reflexo dos diversos tipos de sindicatos e oposições sindicais e sua luta nessa época, principalmente o chamado Novo Sindicalismo), o surgimento do MST e a constituição de uma grande diversidade de entidades e associações autodenominadas Organizações Não Governamentais.

Foi nesta época que instituições que se definiam como filantrópicas, como o exemplo do CERIS, modificaram sua atuação. Em parte respondendo a demandas populares, em parte estimulando-as, cria-se o Fundo de Apoio a Miniprojetos. Esse Fundo visava apoiar grupos de base, incentivando, inclusive, sua autonomia financeira e organizacional. Nesse contexto de organização popular, parte da Igreja Católica teve papel fundamental no apoio aos setores populares, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais. Para falarmos dessa participação, é necessário apresentar alguns aspectos que marcaram o surgimento da “Nova República”, não para esgotar fatos ou situações, mas procurando capturar a dinâmica daquele momento, suas contradições e lutas em diversos níveis de resistência.

O primeiro período, entre 1974 e 1982, pode ser identificado como período de liberalização, época marcada pelo controle do processo de abertura pelos dirigentes militares. Essa dinâmica “vinda do alto” trouxe divergências internas no campo militar, as quais levaram a conflitos entre os diversos grupos militares no interior das forças armadas. O segundo momento foi quando se instaurou efetivamente a transição democrática (1982-88). O ano de 1984 foi marcado por intensa luta popular. Ocorreram, nesse mesmo ano, as primeiras eleições indiretas, vencidas por Tancredo Neves. Em 1985 é iniciada uma desmontagem lentíssima da ditadura, com menor repressão, mas com a permanência de uma legislação que favorecia as práticas ditatoriais. Ao mesmo tempo, foi nessa mesma época que foram lançados os planos econômicos, que visavam diminuir a inflação, “acalmado” a população.

Posteriormente, tivemos a nova Constituinte em 1988, que trouxe parte das reivindicações dos movimentos sociais não só da década de 1980, mas dos anos precedentes. Os anos de solicitação dos documentos analisados (1983 e 1988) e os anos que ainda pretendo analisar (1984,1985,1986,1987 e 1989) situam-se no segundo momento de abertura, época em que os canais de participação estavam em franca expansão e o CERIS, apesar de se autodenominar uma Instituição de filantropia religiosa, apoiou de forma efetiva essa efervescência popular.

Ao falar do processo de abertura democrática brasileira é necessário atentar para a condução dessa análise, pois é fácil privilegiar apenas o processo vindo do alto, pelos dirigentes governamentais, visto que a consolidação da democracia veio quando e o quanto esses governantes desejavam. Outro caminho é privilegiar esse processo

histórico como resultado da pressão dos grupos populares que floresceram ainda na década de 1970, sob os muros ditatoriais. Mas, numa condução analítica de perspectiva dialética, faz-se necessário analisar esse momento com a complexidade das lutas entre interesses de ambas as classes, ou seja, a influência da classe dominante e a pressão e luta dos setores populares. Ambos contribuíram para a abertura democrática ocorrida na década de 1980. No entanto, é fundamental considerar o peso da classe dirigente num sistema capitalista, principalmente na estrutura ditatorial-militar civil então vigente.

O pontapé inicial foi dado pelo próprio regime militar, numa crise de hegemonia vinda das classes dominantes, a qual se caracteriza muito bem num golpe militar. Segundo Sônia Mendonça, o Estado dele resultante, baseado na aliança militares-empresários-tecnoburocratas, lança mão de uma política anticrise voltada para duas direções: gerar recursos para a retomada da expansão e institucionalizar a concentração de empresas e capital. (Mendonça, 1986, p.122). O resultado dessa política teve como consequência o chamado “milagre brasileiro”, que foi obtido através da superexploração do trabalho, sem a redistribuição dos ganhos de produtividade. O “milagre” começa a entrar em crise a partir de 1974, como efeito das mudanças na conjuntura internacional, muito influenciada pela crise do petróleo de 1973. “*A crise econômica brasileira, pela profunda interdependência entre Estado e capitalismo no país, tornou-se uma crise também política. O limite entre elas se confunde e aprofunda*” (Mendonça, 1986, p.122).

O fim do “milagre” econômico foi acompanhado de forte recessão, que colocou em xeque os fatores de sustentação do regime militar, ou seja, as bases de sustentação político-ideológica do regime se viram ameaçadas. Por isso, desde 1974, as classes dominantes vinham criando alternativas de distensão lenta, gradual e segura para sua permanência no poder, como se pôde verificar através da abertura eleitoral. “*O projeto de abertura eleitoral se explicaria pela crise de legitimidade do governo militar e seria visto como um caminho interessante para a sua sobrevivência*” (Almeida: 2000 p. 12). Para Sônia Mendonça, a partir, então, de meados da década de 1970, toma corpo um “novo projeto burguês”. Esse novo projeto:

É diverso daquele oriundo do corporativismo predominante durante os quinze primeiros anos do autoritarismo militar. Apesar de sua dependência contraditória com relação ao Estado – que centraliza e “isola” as decisões econômicas, mas que também controla rigidamente as classes trabalhadoras -, alguns setores empresariais passaram a se interessar em propor novas formas

políticas de dominação. A própria necessidade de maior participação efetiva das classes nas decisões econômicas e de criação de canais mais flexíveis de contato com os centros do poder fundamentaram esta mudança do comportamento político da burguesia. (Mendonça: 1986, p.118).

Nesse sentido, podemos afirmar que houve uma pressão desses aparelhos privados de hegemonia, de que fazem parte, segundo Gramsci, as entidades empresariais, atuando corporativa e politicamente como sociedade civil, mas participando intimamente do Estado. Não obstante, o discurso vigente dessas entidades era de que a sociedade civil era um espaço redentor, distante da opressão vigente no Estado e no mercado. Essa visão redentora de sociedade civil foi muito profícua nos anos de abertura democrática brasileira. Esses “aparelhos” se apresentavam como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Conjugavam, em nome da sociedade civil, os interesses da classe detentora já de uma hegemonia econômica e política, garantindo uma atuação ideológica sem medida junto às classes populares.

É necessário recordar que parte dos anos 1960 e 1970 foram de intenso controle ditatorial, de modo que o Estado não poderia ser um espaço de luta, pois, através da repressão aplicada, não haveria lugar para as reivindicações populares. Os movimentos sociais anteriores ao Golpe passaram a usar espaços como as Comunidades Eclesiais de Base, as associações de moradores, instituições católicas e as novas “ONGs”, que estavam em franco crescimento na década de 1980. A sociedade civil passou a ser percebida, sobretudo, como o terreno dos movimentos populares, esquecendo-se o peso histórico e social das organizações de base empresarial. (Fontes:2005, p. 225). No entanto, essa concepção de sociedade civil não impedia que esse espaço de fato se tornasse um ambiente de luta dos setores populares. Quando percebemos que, de 1983 para 1988, ocorreu um aumento de 500% no número de solicitações enviadas ao CERIS, concluímos que houve um crescimento muito significativo dos diversos tipos de organização popular. Após quatorze anos de regime autoritário, os trabalhadores buscaram formas alternativas de organizar seu movimento, de modo a criar um efetivo processo de mobilização de base. Dentre essas organizações, as mais importantes foram a formação de uma Central Sindical (CUT), o Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Sem-Terra. Podemos acompanhar, na documentação do FAM, a atuação desses importantes movimentos sociais ao longo dos anos de 1980.

## O Movimento Sindical nos anos de 1980

No que se refere ao movimento sindical, se a década de 1980 se iniciou com uma retração dos movimentos grevistas, estes voltaram a expandir-se entre 1983 e 84. O quadro de refluxo do movimento grevista marcou os três primeiros anos daquela década (1980/82). O ressurgimento do movimento grevista, a partir do ABC paulista, adquirira, no biênio 1978/79, uma dimensão decisiva. A luta contra a superexploração do trabalho (estampada na ação contra o arrocho salarial), contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política. (Antunes: 1995, p.12), que pode ser demonstrada através das mudanças nas reivindicações sindicais nesses anos iniciais de 1980.

A partir de 1983, abriu-se caminho para ações mais generalizantes que giravam em torno de uma organização mais efetiva do movimento sindical. Naquele mesmo ano, ocorreu a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), resultado das greves de 1978 no ABC paulista e da criação do Partido dos Trabalhadores em 1979. Essas entidades reuniam os sindicatos identificados com as propostas do “novo sindicalismo” e as oposições sindicais.

Para fundar a Central reuniram-se os dirigentes sindicais que afirmavam “autênticos e o grupo das oposições sindicais. Entre estes dois pólos existiam diferenças, principalmente quanto ao grau de compromisso ou rejeição à estrutura sindical oficial. Porém prevaleceram as proximidades, ainda mais porque a CUT não unificou, em seu surgimento, o conjunto do movimento sindical. (Mattos: 2002, p.83).

A divergência na formação da CUT resultaria, posteriormente, na criação da Força Sindical, fundada na década de 1990, através do chamado *sindicalismo de resultados*. Essa nova central sindical tinha nas demandas imediatas a prioridade de sua atuação. Segundo Marcelo Badaró, a redemocratização do país, com a aprovação da Constituição em 1988 e as eleições presidenciais de 89, encerrou, de alguma forma, a “era” do novo sindicalismo brasileiro, e os anos 90 acabaram não sendo muito positivos em relação ao movimento sindical. (Mattos, 2002, p.84). Não podemos esquecer a importância político-ideológica que a queda do muro de Berlim teve na década de 1990, o que, no campo sindical brasileiro, foi nuançado pela proposta imediatista da Força

Sindical, com reivindicações trabalhistas “pragmáticas”, com o apoio patronal.

Na documentação de 1988 (FAM-CERIS), pude perceber uma forte combatividade dos sindicatos, a das oposições sindicais, principalmente vindas do meio rural. Muitos grupos solicitantes denunciavam, através das cartas enviadas ao FAM, a “pelegagem” dos companheiros e propunham discussões e reivindicações que iam além de demandas imediatas.

### **O Movimento dos Sem-Terra e as Instituições Católicas**

Ao estabelecer um parâmetro de comparação entre os anos de 1983 e 1988, foi possível observar diversas mudanças na abrangência das solicitações encaminhadas ao CERIS. Uma forte mudança ocorreu nos números de solicitações enviadas das regiões Sul e Nordeste. Percebi um crescimento contínuo dos processos de solicitação de cunho rural, tanto no ano de 1983, quanto em 1988. Em 1983, houve 23 (do total de 106) processos de solicitação com objetivos rurais, que tiveram um índice de aprovação de 86%, com apenas 3 projetos negados. Em 1988 houve 220 solicitações (do total de 534 solicitações enviadas) de processos rurais, com um percentual de apenas 30% de projetos aprovados. Ao olhar de forma qualitativa para esses projetos, pude perceber um grande diálogo do CERIS com os trabalhadores rurais, seja através de apoio a comunidades agrícolas, na construção de estruturas que beneficiavam a produção, como cisternas, permitindo maior qualidade de vida no meio rural; seja pelo apoio a grupos de trabalhadores rurais organizados, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Nessa documentação podemos visualizar o apoio que uma ala da Igreja Católica ofereceu aos trabalhadores agrícolas nesses anos. Nesse contexto de organização dos trabalhadores rurais, podemos verificar a atuação da Pastoral da Terra junto aos movimentos rurais, apoiando a resistência que esses grupos faziam à lógica, cada vez mais presente, de modernização agrícola, muito característica nos governos militares, durante os quais o meio rural passou a concentrar cada vez mais a propriedade da terra, com uma modernização tecnológica que beneficiava os grandes produtores, em detrimento da agricultura familiar e dos pequenos agricultores.

Com esse aumento da expropriação do pequeno agricultor, ocorreu um crescimento do êxodo rural nos anos 1970, mas parte desses trabalhadores, mesmo com

a repressão às formas de organização camponesas pelo regime militar, continuou na luta pela terra, em todo o território nacional. Para Bernardo Mançano, um fator essencial que contribuiu para o desenvolvimento e crescimento dessa luta foi a participação da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). (Fernandes: 2000, p.49). Junto a isso, não podemos esquecer também a influência e a convergência das Comunidades Eclesiais de Base no apoio aos trabalhadores rurais. Como já foi dito, o CERIS esteve em consonância com esses setores da Igreja que se dedicaram a apoiar os movimentos populares no Brasil a partir de meados do século XX.

Por meio dessas entidades criadas, os trabalhadores rurais tiveram oportunidade de questionar a realidade cada vez pior no campo, começando assim a se organizar. A gênese do MST “*aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado*” (Fernandes: 2000, p.50). De 1979 a 1984, houve o processo de gestação do MST. A partir de 1979, ocorreram as primeiras experiências de ocupação de terra, realizadas na região Sul do país, ainda sob o regime militar. Mesmo com as intensas repressões aos acampamentos, parte da sociedade, principalmente os movimentos de luta pela redemocratização, apoiaram essas ocupações.

A CPT teve um papel fundamental na articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o país, financiando os encontros entre trabalhadores sem-terra de diferentes Estados. Podemos verificar, através das solicitações enviadas ao CERIS, um importante espaço católico de financiamento desses grupos de trabalhadores sem-terra, antes mesmo da fundação oficial do Movimento, em 1984, durante o primeiro encontro nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná.

Muitos desses projetos são de formação sindical ou de apoio a assentamentos rurais. Ao analisar os outros anos de documentação, pretendo mostrar os pormenores dessas solicitações, que permitiram o estabelecimento de um panorama muito significativo não só de apoio do CERIS a esses movimentos, mas também da dinâmica desses grupos através dos seus relatos do cotidiano.

Através do processo histórico de fundação do MST, podemos notar o caráter progressista que certos setores da Igreja Católica tiveram nesse momento. Um bom termômetro para essa atuação foi o financiamento, feito pela CPT e por instituições

como o CERIS, de encontros promovidos, nos quais se constituiria o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Um exemplo importante foi o encontro regional promovido em 1982, quando a CPT favoreceu o encontro de trabalhadores rurais de vários lugares. Grupos aprofundavam a discussão sobre a organização do MST, preparando politicamente a realização do congresso nacional, que ocorreria dois anos depois, em julho de 1984. No Estado do Paraná, foi oficializada a organização do Movimento Sem-Terra. Na fundação do MST, houve um forte apoio da CPT e das CEBs, mas não só, também participaram representantes da Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Indigenista Missionária (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo. Essas participações expressavam a dimensão da luta pela terra que unia os grupos indigenistas, os camponeses e os operários (Fernandes: 2000, p.80). Pretendo verificar nas solicitações enviadas ao CERIS, o diálogo que a Instituição manteve com esse movimento, assim como extrair os relatos de ocupação nos assentamentos, a dinâmica de atuação e organização desses trabalhadores rurais na década de 1980.

### **Referência Bibliográfica:**

AHMAD, Aijaz. *Linhagens do Presente*. 1 ed., S.P: Boitempo, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. S.P: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_, Carlos Nelson. A Democracia Como Valor Universal. *Encontros com a civilização brasileira*, n.9, março de 1979.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.

FONTES, VIRGÍNIA. *Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

\_\_\_\_\_, VIRGÍNIA. “Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In: Lima, J. e Neves, L. (Orgs.) *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. R.J: FIOCRUZ, 2006.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_, Antonio. Cadernos do cárcere. 3ed. Vol.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_, Antonio. Cadernos do cárcere. 2ed. Vol.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. RJ; Ed:UFRJ, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. História: Pensar e Fazer. R.J: LDH, 1998

\_\_\_\_\_, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. R.J, Vício de leitura, 2002.

\_\_\_\_\_, Marcelo Badaró. “Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia”. In: *Golpe de Estado. Revista História e luta de classes*. Ano 1 – Edição N 1, Abril 2005.

MEDINA, Carlos Alberto. *Ação Social e desenvolvimento: o caso do Brasil*. s/d, sem mais referências.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e Economia no Brasil: opções dedesenvolvimento. R.J: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_, Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org).*História:Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro, LDH, 1998.

\_\_\_\_\_, Sônia Regina de & FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente – 1964-1980*. S.P, Ática, 1991.

THOMPSON. E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 1, A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. E. P As peculiaridades dos ingleses. IN: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_, E. P. `O espírito Whig sem o elitismo`. In: BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. **Liber 1**. São Paulo: EDUSP, 1997.

\_\_\_\_\_, E.P. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. R.J., Paz